A ANATOMIA DO CONSERVADORISMO

Erick Ferreira

A ANATOMIA DO CONSERVADORISMO

SUMÁRIO

Dedico este ensaio à Divina Providência que rege a história e a vida dos homens comuns, cujos nomes com muita frequência se perdem no tempo sem qualquer menção honrosa, mas, que, sem suas humildes contribuições, a engrenagem da história jamais sairia do lugar. Entre estes está o meu falecido pai, Edmilson Pinheiro, a quem devo muito do que sou, e a minha diligente mãe, Vera Lúcia. Devo também, parte significativa desta obra a pessoas cuja presença animadora foram fundamentais para ela vir a lume. A estes, em especial, devo mencionar minha musa inspiradora, Daniellen e meu amigo J. B Guimarães.

Prefácio do autor

Um nome assombra os movimentos revolucionários que buscam se perpetuar no poder ou ascender a ele: conservadorismo. Por este nome, revolucionários de todos os naipes reconhecem o maior de seus inimigos. Mídias televisivas e impressas; movimentos estudantis e sindicatos se unem numa santa aliança para conjurá-lo. Que homem comum de nossos tempos não fora inferiorizado com a “difamante” pecha de “conservador”? Quem não ouviu este nome ser esconjurado com fúria bestial pelas turbas ensandecidas de militantes em uma greve ou em uma marcha de repúdio ao conservadorismo? O conservadorismo não somente é o maior inimigo político do espírito revolucionário, é também o maior de seus temores. Mas este ódio nos revela duas verdades animadoras: Primeiro: o conservadorismo já é reconhecido como força por seus inimigos. E segundo: Ele chegou para ficar! Se é que algum dia ele saiu de cena.

Portanto, é tempo de os conservadores exporem em face de seus inimigos seu modo de ser e pensar. Eis a pretensão deste manifesto, que com uma "imperdoável" paródia daquele escrito nefasto que sacudiu o mundo em 1848*[1], faz um chamado aos conservadores do mundo inteiro a unirem-se.

[1] Uma referência ao Manifesto Comunista de Engels e Marx

O menor conhecimento que se possa obter das coisas mais elevadas é mais desejável do que o conhecimento mais seguro das coisas mais baixas.

SANTO TOMÁS DE ÁQUINO

Introdução

Em uma alegoria muito oportuna ao assunto que vamos tratar, conta-se que, uma aranha que vivia nos altos caibros de um celeiro, um dia, cansada da monotonia da parte onde habitava, resolveu descer por um longo fio até um determinado ponto e, por lá, se estabelecer! Após longo período neste novo espaço, um dia resolveu fazer alguns reparos em sua teia, e logo notou um grande fio no meio dela que se perdia nas alturas e não achava qualquer sentido para a sua presença ali. Sem entender a utilidade daquele fio, com um golpe o levou ao chão, e com ele, fora junto, toda a sua teia. A aranha esquecera que aquele fio era o esteio de tudo e, ancorado nele, um dia ergueu sua teia! Eis uma alegoria muito oportuna aos tempos em que vivemos, fragmentado de todos os modos por tantas revoluções e na iminência de se fragmentar outras tantas vezes. Por certo, o homem moderno esqueceu-se do longo caminhar que trilhou para

alcançar o *status quo* de que hoje se ufana e, num ato impensado, desfere tantos golpes ao sustentáculo de toda a sua estrutura social e psicológica, que ao desmoronar, leva consigo, não apenas a estrutura de sua sociedade, mas, um pedaço de si mesmo, que se formou junto com ela e que, por um reles capricho humano, se perde. A partir deste ponto, já podemos reconhecer um dos traços essenciais dos conservadores: eles sabem muito bem onde está assentado o fundamento do mundo civilizado e sabem que se este fundamento for levado ao chão, não encontrará, ao final, o reino fantástico do *bon sauvage*, como pensara Rousseau, mas o caos da selvageria primitiva da caça-coletora. Roger Scruton, talvez o mais famoso representante do pensamento conservador na atualidade, explicou sem rodeios que no cristianismo podemos encontrar o fundamento seguro da civilização ocidental. "Essa civilização está fundada no cristianismo, diz Scruton, e, é por ver o nosso mundo sob uma perspectiva cristã que sou capaz de aceitar as vastas mudanças que o abalam".[1] Esta convicção de Scruton é comum a todos os grandes pensadores do conservadorismo,

exceto no que tange às mudanças. A este respeito, os conservadores nem sempre estão de acordo.

Donoso Cortés, Hillaire Belloc, C. S Lewis, Edmund Burke, G. K Chesterton, Jacques Maritain, Michael Oakeshott, Roger Scruton, Russell Kirk, T. S Elliot, *et cetera*, podem ser reconhecidos como conservadores, pois, em toda a sua obra predomina um reconhecimento solene do cristianismo como fundamento de nossa civilização e uma defesa enfática deste fundamento como forma de evitar incomensuráveis tragédias. E é a partir desta cosmologia que os pensadores conservadores constroem suas perspectivas da realidade. Não somente quando estes o tem por religião, mas, até quando são indiferentes e agnósticos, e ainda assim, reconhecem o papel do cristianismo no desenvolvimento do Ocidente. Mas, neste ponto, estamos fazendo um reconhecimento do conservadorismo apenas como movimento intelectual no Ocidente, e a este respeito, cabe dizer: o conservadorismo é muito mais do que isso. Portanto, neste livro, busca-se analisar o

conservadorismo como postura bem mais antiga do que sua sistematização teórica no pensamento de Burke, Maistre, Kirk, Oakeshott e Scruton.

CAPÍTULO I

O que é o conservadorismo

Em uma das mais célebres descrições do conservadorismo, tecida por Michael Oakeshott, ele é apresentado como "uma inclinação a pensar e comportar-se de determinada forma; preferir certas formas de conduta e certas condições das circunstâncias humanas a outras; é dispor-se a fazer certos tipos de escolhas".[2] Obviamente, esta definição é muito vaga e confusa para definir algo tão complexo e vasto como a conduta conservadora, mas, esta descrição nos sugere algumas reflexões que nos serão muito proveitosas ao longo desta abordagem.

Indisposição a utopias

Uma das primeiras características observadas no temperamento conservador é a indisposição à utopia. Por isso, Michael Oakeshott define o ser conservador como "preferir o familiar

ao desconhecido, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica."[3] Por certo, nestas palavras muitos verão a descrição de uma postura comodista diante da existência, mas tal não procede, pois o que há no conservadorismo é antes de tudo uma postura responsável diante da vida. Responsabilidade que não existe no temperamento revolucionário e na sua disposição fatal às quimeras utópicas. Por isso, os conservadores deveriam ser os últimos a serem culpados pelas tragédias que se desencadeiam na história protagonizados por ideologias políticas, pois eles, tanto em sua forma temperamental quanto política, não esperam um mundo melhor, tão pouco prometem uma sociedade ideal. Os conservadores estão muito bem convencidos da natureza corrompida do homem e da instabilidade da vida terrena; eles estão certos de que todas as utopias sempre se converterão em pesadelos ao saírem do campo mental e entrarem no terreno da realidade. Por outro lado, são os revolucionários que prometem

um “mundo melhor”, e são os últimos a assumirem a culpa pelas consequências trágicas de suas propostas utópicas. Foram os revolucionários que proclamaram o advento da fraternidade universal; da sociedade justa e solidária, de um novo modelo humano; que fizeram promessas que estavam acima de suas capacidades em cumprir, e quando viram o sonho se converter em pesadelo, estes deveriam bater no peito e assumirem-se publicamente como os únicos culpados pela irresponsabilidade de suas utopias, por ignorarem verdades que todo conservador está convencido desde que ele apareceu na história. A primeira destas verdades é que todo homem está indistintamente inclinado ao mal, e que esta triste condição humana tornará sempre vã qualquer tentativa de implantar uma sociedade perfeita na terra. E provas de tal verdade não nos faltam.

O caráter inorgânico e empírico do conservadorismo

Outro aspecto do conservadorismo, como traço da personalidade humana, é o seu caráter inorgânico. Os conservadores, a princípio, não estão unidos por uma associação formal, uma bandeira, ou um estatuto, mas por um sentimento comum. Aquele sentimento que toda pessoa madura desfruta de que “as coisas admiráveis são facilmente destruídas, mas não são facilmente criadas.”[4] E isto porque, o ato de destruir exige pouca ou nenhuma habilidade para ser efetuado, enquanto o ato criador exige inteligência, visão e habilidade. Qualquer turba de bárbaros consegue destruir uma civilização, mas só uma multidão de homens íntegros e geniais consegue erguê-la. Alguns séculos antes de Scruton, Edmund Burke afirmava esta verdade com outras palavras. Dizia o pensador anglófono: “É necessário habilidade para destruir ou modificar? Isso o populacho faz tão bem quanto as suas Assembleias. A inteligência mais superficial, a mão mais inábil são todas iguais nessas tarefas. A raiva e o delírio destroem em

uma hora mais coisas do que a prudência, o conselho, a previsão não poderiam construir em um século”.[5]

O ceticismo e a prudência no conservadorismo

Dois traços inequívocos e inseparáveis no temperamento conservador são o ceticismo e a prudência. O conservador é cético em face da ação humana por ser prudente ou, é prudente por ser cético, sem que a ordem dos fatores altere o produto. E tal postura fora fundamental para a ordem social ao longo da história, posto que, sem o ceticismo e a prudência, a humanidade teria embarcado nas aventuras mais desastrosas que seus instintos pudessem sugerir. Todavia, é evidente que o progresso da humanidade exige, por vezes, um salto no escuro, e a essa postura, nenhum ser racional se opõe, no entanto, o conservador só o faz quando o que se pode obter com o risco é superior ao que se pode perder.

Conforme havíamos referido anteriormente, o conservador é profundamente sensível às perdas, embora, saiba que perdas, por vezes, são

inevitáveis. Em suma, o ceticismo conservador projeta-se sobre a ação humana, por conta da intima convicção da imperfeição do homem. Nenhum conservador estará disposto a colocar toda a sua confiança em ser tão falho como o homem, e isso, inclui, naturalmente a si mesmo.

E tal perspectiva o difere radicalmente do revolucionário, que é, em sua essência, autossuficiente, e totalmente crente na potência humana. As páginas mais devotas de uma incerta potência humana encontramos em Marx, Rousseau, Nietzsche, *et caterva*, para eles, o homem, com suas próprias forças, seria capaz de tudo, inclusive de criar um mundo melhor, sem considerar a fragilidade humana e a instabilidade de seus projetos em face das imprevisibilidades da vida.

Um temperamento universal

O conservadorismo está além de nacionalidade, raça ou religião, de modo que os conservadores podem ser encontrados em posições religiosas ou étnicas diametralmente opostas, serem judeus, católicos ou protestantes,

e, por vezes, podem ser encontrados até nas fileiras de movimentos revolucionários — sem o saber, é claro —, mas, apresentarem o mesmo temperamento e os mesmos sentimentos em face da existência. Roger Scruton, talvez o maior pensador conservador da atualidade, assim escreveu em seu *The meaning of conservatism*: "O conservadorismo raramente pode se apresentar através de máximas, fórmulas ou objetivos. Sua essência é inarticulada, e sua expressão, quando compelida... é cética."[6] Se não pode se apresentar articuladamente, nada nos impede de buscar princípios gerais na conduta conservadora que nos leve ao conhecimento de uma identidade comum, tal como o fez Michael Oakeshott quando escreveu estas palavras: "Não partilho da crença geral de que é impossível deduzir princípios gerais explicativos do que se entende por 'conduta conservadora' ".[7] E este livro, tenciona, ser uma dessas tentativas.

O conservadorismo natural

De fato, o conservadorismo em sua fase natural, não pode se apresentar sob fórmulas, ou

um sistema escrito e definido de crenças, já que é antes de tudo, um temperamento que os homens desenvolvem espontaneamente, e manifestam-no, especialmente, na vida adulta.[8]

Uma articulação dessa personalidade em termos doutrinários e definidos, só acontece, quando esta conduta é posta, radicalmente, em dúvida, e os valores no qual ela se atrela, estão sob ameaça, como ocorre nas incursões revolucionárias. E são homens maduros que irão encabeçar a reação às ações revolucionárias, que por sua vez, são encabeçadas por jovens — e isso porque pessoas maduras são mais sensíveis as perdas, e possuem uma consciência mais delicada em relação as consequências delas em suas vidas. Por esta razão, Michael Oakeshott fez esta importante observação sobre a relação entre conservadorismo e maturidade: "[O conservadorismo] apresentar-se-á, naturalmente, mais em pessoas velhas que em novas, não porque as velhas sejam mais sensíveis à perda, mas porque são mais conscientes dos recursos do seu mundo e, por conseguinte, tendem menos a

achá-los inadequados".[9] Portanto, ao se buscar a razão de ser do conservadorismo, quase todos os que se reconhecem como tal, e, empreendem esta missão, encontram a resposta na reação que suas almas têm à perda de algo precioso que compõe a própria personalidade. Por isso, ouso dizer que é sempre a revolução que incita o conservadorismo natural a sistematizar-se como doutrina política, que antes, dormitava serenamente na consciência de cada indivíduo sob forma de senso comum.

CAPÍTULO II

Conservadorismo, reacionarismo e imobilismo

O conservadorismo, enquanto doutrina política, fixa-se numa filosofia do tempo que entrevê um elo indissociável entre passado, presente e futuro. Onde um complementa o outro sem entrarem em conflitos e, juntos, fazem o fio condutor da história. O contrário do espírito revolucionário que se mantém inconformado com o presente e antagônico ao passado e, quer destruir a ambos em detrimento de um hipotético futuro promissor engendrado meticulosamente a partir certos cálculos apriorísticos. A genuína mentalidade revolucionaria não compreende que a sociedade não é um produto de um momento, mas o resultado do esforço de sucessivas gerações, ou, como diria Burke, "uma associação entre os vivos, os mortos e os que estão por nascer".

Por outro lado, há duas posturas igualmente perniciosas que entremeiam o conservadorismo e o revolucionarismo, e, são tidas como modalidades do primeiro, embora, incorpore aspectos do segundo: o reacionarismo e o imobilismo. Sobre a primeira, cabe dizer que, embora, alguns pensadores conservadores de alta envergadura se declarem abertamente reacionários e ao mesmo tempo conservadores, é necessário lançar luzes sobre este termo para se ter uma noção adequada dele e não se o confunda com o conservadorismo, tal qual no-lo, apresentamos.

Por certo, todo conservador, antes de atingir um certo grau de consciência sobre a índole que impregna a sua personalidade, foi um reacionário. E por este termo, compreendo uma fase primitiva do conservadorismo, que também poderia ser chamada de “conservadorismo natural” ou “conservadorismo primitivo”, como chamou Lord Hugh de Cecil. Para o referido autor, o conservadorismo está fundado sobre um medo natural ao desconhecido e “uma disposição

contrária à mudança". No entanto, em tal descrição, encontramos antes os traços do típico reacionarismo do que do verdadeiro conservadorismo. Por conta desta descrição — anterior as teses burkianas —, a maioria dos críticos do conservadorismo se referiram a ele como sendo a mesma coisa que o reacionarismo; e a partir de tal confusão, autores célebres, como o liberal Friedrich von Hayek, por exemplo, teceram criticas ao reacionarismo, pensando, dessa forma, dirigi-las ao conservadorismo. Este autor, citando o Lord de Cecil, observou como "uma das principais características da atitude conservadora, o medo à mudança; uma desconfiança tímida em relação ao novo enquanto tal".[10] Ora, tal afirmação é antes uma falsificação de conceitos, como bem já fora afirmado sob outras palavras. O reacionarismo possui em comum com o conservadorismo apenas o fato de ambos serem oposições ao espírito revolucionário, no entanto, diferem radicalmente nos modos com que fazem esta oposição. Sendo o reacionarismo (ou conservadorismo natural) — tal como apresentou Cecil —, "uma tendência da mente

humana; uma disposição avessa à mudança".[11] Enquanto, o conservadorismo, nos termos modernos — e que se reveste de certo caráter ideológico —, possui uma postura oposta a esta, conforme é descrita nas páginas de seus principais proponentes como: Edmund Burke, aclamado como o Pai do Conservadorismo, e Russell Kirk, um dos máximos representantes do conservadorismo americano.

Em face às mudanças, apresenta Burke a autêntica posição de um conservador moderno, e que seria reafirmado pela maioria dos pensadores conservadores subsequentes: "Não rejeito as mudanças, diz ele, mas gostaria que elas fossem feitas sempre com o intuito de conservar".[12] É nesta postura que se estabelece a linha divisória entre reacionários e conservadores. Estes últimos, abrem um precedente à mudança, enquanto os primeiros, jamais o fazem. No entanto, cabe ressaltar ainda que, o conservadorismo de Burke só adere à mudança quando percebe que ela se mostra uma medida necessária para a conservação, e não por simples capricho juvenil

ou por desejo de destruir nossas bases civilizacionais, como o fazem os revolucionários. “Um Estado onde não se pode mudar nada, diz Burke, não dispõe dos meios para se conservar. Sem meios de mudança, ele arrisca perder as partes de sua constituição que com mais ardor desejaria conservar”.[13] O conservadorismo, portanto, não é uma recusa às mudanças, mas uma atitude prudente em relação a elas. E reforçando isso, cabe dizer que nenhum dos grandes pensadores do conservadorismo moderno desprezaram a necessidade de mudanças em determinadas circunstâncias, desde que estas fossem realizadas com a mais precisa prudência. Eis, portanto, a razão da sacralidade que deu Russel Kirk à virtude da prudência para a conduta conservadora e para a própria ação política. É esta virtude que irá determinar se o desejo de mudança é uma necessidade real ou mero capricho juvenil; e se a mudança é, de fato, a medida mais adequada para determinada circunstância.

Seguindo os princípios do conservadorismo britânico, Kirk, escreveu: “A necessidade de uma mudança prudente, recordada por Burke, está sempre na mente de um conservador. Mas a mudança necessária, redarguem os conservadores, deve ser gradual e discriminativa, nunca se desvencilhando de uma só vez dos antigos cuidados.”[14] É desta forma que ocorre o progresso no conservadorismo: com a entrega do patrimônio cultural de uma geração à outra, que a leva adiante, sem excluir a possibilidade de certas mudanças, quando estas se mostrarem necessárias; corrigindo suas rebarbas e a aperfeiçoando o quanto puder, sem comprometer seus fundamentos básicos e a dinâmica social.

Outro aspecto a se considerar é que, para um conservador, a conservação e a progressão não são princípios antagônicos, como se costuma afirmar. Elas foram aliadas na história, vindo a cair em inimizade a partir das distorções revolucionárias. E tais distorções confinaram as sociedades em uma grave patologia, que nega a solidez das coisas; onde nada pode ser durável;

onde o conceito de progresso está na ordem do dia e a reforma de ontem, torna-se arcaica no amanhã. O que dizer sobre isso senão que o culto do progresso levou nossa sociedade à loucura? E os devotos deste culto, observou Kirk, acreditam que tudo que é novo é necessariamente superior ao que é velho. O total oposto dos imobilistas. Esta tendência pouco mencionada se caracteriza por uma tentativa vã de conservar intacta uma ordem social pretérita, ou retornar a ela; desprezando toda e qualquer forma de mudança, conforme seu nome sugere. Qualquer inovação é imediatamente condenada por um imobilista. Evidentemente, tal postura não é tão comum. embora, manifeste-se com certa frequência em pessoas que cresceram em ambientes pouco desenvolvidos, ou de forma isolada. Tais pessoas tendem a receber com desconfiança e desprezo toda forma de inovação. Em suma: o imobilismo é a característica temperamental dos homens mais primitivos.

Os acontecimentos na França em 1798, dividiu os conservadores em três linhas de frente.

De um lado, os conservadores, propriamente dito, sob a égide filosófica de Edmund Burke, e do outro lado, os reacionários e imobilistas. Os últimos foram pesos mortos diante do processo revolucionário. Nenhum êxito foi alcançado com suas atitudes, e, estes, pouco caso fizeram de tal fato, preferindo o isolamento em vez de ceder ao espírito pernicioso da inovação.

Embora, cada uma destas modalidades possuam traços em comum, uma postura diametralmente oposta em relação às mudanças que estavam em curso no mundo político, cultural e econômico, os separava. O reacionarismo e o imobilismo, portanto, a meu ver, são estágios primitivos do conservadorismo, que com o tempo vão se apresentar articulados e racionalizados na obra de Burke e dos demais conservadores modernos. Todavia, se observa certa dose de reacionarismo em muitos representantes do pensamento conservador. O mais famoso deles na atualidade, viu o despontar de seu conservadorismo de uma forma reacionária. Ao falar de sua posição, Roger Scruton, assim

escreveu: “Meu conservadorismo surgiu em reação ao Maio de 1968”[15]

Por certo, a descoberta do ser conservador se faz quando notamos o valor de nossa cultura e a ameaça que a confronta com o advento de uma revolução. É nesta circunstância que o conservador busca uma definição para o seu modo de crer e pensar. É neste momento que o conservadorismo se articula como ação consciente, e deixa de ser mero reacionarismo.

CAPÍTULO III

O conservadorismo e a lei natural

Conforme dissemos anteriormente, antes de ser uma filosofia política, o conservadorismo é uma característica facilmente observada no temperamento humano, especialmente, em pessoas maduras. E como temperamento, arrisco-me a dizer que todos somos conservadores de forma inata; já que todos tendemos a conservar um estilo de vida que, naturalmente, consideramos correto. E se, de fato, possuímos a compreensão inata de um *modus vivendi* ideal, é fácil julgar que nascemos conhecedores de alguma legislação natural que nos orienta a fazer certas escolhas; seguir certos comportamentos e crenças em vez de tantas outras em um campo infinito de possibilidades. A esta lei que se impregna misteriosamente em nosso ser, se convencionou chamar "lei natural", e o conservador adere de forma espontânea às suas

diretrizes, e as defende como um tesouro inestimável, cuja perda — ele sente —, colocaria tudo ao seu redor em risco. E, é em defesa dos princípios desta lei que identificamos a fonte vital da postura conservadora.

1. O que é a lei natural?

A lei natural é como um senso moral impregnado na natureza humana e na realidade existencial que pode ser reconhecida facilmente pela razão prática e levar os homens a conclusões semelhantes sobre como proceder retamente em sociedade. Observa-se que povos separados pelo tempo e o espaço, chegaram a conclusões semelhantes na hora de instituir seus estatutos morais. Isto se deve a existência de alguma moral universal conhecida por todos os homens apenas pela luz natural da razão; sendo que a própria natureza das coisas determina o uso correto que delas deve ser feito. Não se pode usar uma faca para se pentear, ou um carro para voar, por

exemplo. Cada coisa possui sua própria finalidade, e tal finalidade é facilmente reconhecida pela razão, por isso, uma transgressão significa a inversão da finalidade prática de determinada coisa ou ser.

Este caráter "jurídico" impregnado na natureza das coisas, não só é reconhecido pela razão, como é previamente denunciado – quando transgredido –, pela consciência moral do homem; e da mesma forma que as leis físicas e químicas regem os corpos físicos, as leis morais regem as consciências, de modo que sempre que um conflito moral se deflagra entre os homens, os contendentes costumam evocar um conceito de justiça ou injustiça, ou um conceito de bem e de mal, que ambos reconhecem desde a mais tenra idade e aceitam como legítimo. Observa-se, desta forma, que a lei natural é espontaneamente conhecida pelos indivíduos nos seus primeiros instantes de razão. Sem o conhecimento desta lei, por certo, há muito tempo os homens teriam se destruído. Quando alguém tira o que é de outrem, ou o ofende sem razão, se deduz imediatamente

que aquele foi um ato de injustiça, e não é necessária a presença de um legislador no momento para constatar o fato, pois a injustiça do ato é imediatamente reconhecida por todos. Mas, embora tal estatuto moral que rege os corações seja de conhecimento universal, é necessário que ela se positivasse em estatutos legais sancionados por tribunais. E neste ínterim nasce o grave conflito entre direito e o conservadorismo que aqui discorremos. Embora, para o conservador, as verdades da lei natural sejam dignas de fé, para um revolucionário, elas ainda se perdem em enfadonhas especulações viciosas. E desta forma se impõe a grande interrogação: De onde nasce essa consciência de justo e injusto; de bem e de mal? Da mera tradição na qual o indivíduo está imerso; da própria natureza humana ou de uma dimensão superior ao homem?" São especulações que permanecem palpitantes entre os círculos revolucionários sem muita pretensão entre estes de se chegar a qualquer conclusão.

Para Sto Tomás de Áquino, o máximo representante da filosofia cristã, a Lei Natural

nada mais é do que uma participação na lei eterna, que emana de Deus, e se apresenta em formas adaptáveis ao conhecimento de todos os homens. "A lei natural, diz o aquinate, nada mais é que a participação na lei eterna pela criatura racional"[16]. A este respeito, cabe observar que o cristianismo foi a primeira das grandes tradições religiosas a reconhecer a natureza e a razão, junto com a revelação, como fontes do direito. Para todas as outras grandes tradições religiosas, todo direito emana única, e exclusivamente, da revelação divina.

Para os revolucionários, a lei moral que impera no mundo não nasceu de forma natural, ou mesmo da participação em uma lei eterna advinda de uma mente superior; mas, os homens simplesmente a sancionaram em determinado período e a perpetuaram na história a partir de "contratos sociais" ou "interesses escusos" para garantir a sobrevivência da espécie, ou a hegemonia de uma classe sobre as demais. Por isso, muitos deles atacam ferozmente a ideia de uma "lei natural" ou de uma "razão prática" como

um desdobramento ideológico de um sistema opressor. Karl Marx, um dos bastiões do espírito revolucionário, postulou como princípio básico da ideologia comunista o "tratar todas as 'condições naturais' como criações dos homens que nos precederam até agora". Por isso, o ideólogo propunha a perigosa tese de "despojar" as leis vigentes de nossa civilização "de seu caráter natural e submetê-las ao poder dos indivíduos reunidos[17]." Em outras palavras, Marx nega peremptoriamente que possa existir uma lei natural fundada em uma ordem eterna a reger nossa existência, para ele, tudo é criação humana sancionada pelo consenso da maioria, e com vistas a preservar estruturas opressoras, exceto a sua intenção ao apresentar tal interpretação, que deve ser vista como isenta de intenções despóticas. Na esfera propriamente jurídica, Hans Kelsen (1881-1973), lança sutilmente, dúvidas sobre a própria legitimidade da lei natural como fonte do direito e base ao próprio direito positivo, ao interpretar a natureza como "um agregado de dados objetivos, unidos uns aos outros como causas e efeitos". Logo, dela, como naturalmente

se deduz, não pode derivar um valor atemporal, e isto implicou na relativização da justiça e na trágica separação da lei natural com a lei positiva. Em tal interpretação — que foram amplamente exploradas pela perspectiva marxista de Jürgen Habermas —, o direito se precipita em um grave relativismo axiológico, que culmina no sério comprometimento da própria ideia de direito, como fenômeno inerente ao ser e além dele. Esta perigosa hermenêutica jurídica permitiu ao nazismo formular-se como doutrina e legitimar sua barbárie. E o liame fatal desta tragédia se explicita no que disse Leo Strauss: "Rejeitar o direito natural é equivalente a dizer que todo o direito é positivo, e isso significa que o direito é determinado exclusivamente pelos legisladores e pelos tribunais dos diversos países".[18] O direito positivo separado de sua base (a lei natural) não pode fugir a esta grave implicância, por isso, ouso dizer que não foi mera coincidência dois fenômenos de tal magnitude — um de natureza jurídica e outro de natureza política —, procederem na mesma época e na mesma porção geográfica; há uma relação intima entre os dois

eventos. No entanto, o próprio Kelsen, aparentemente, redimido no final de sua vida, forneceu alguns meios para questionar sua própria interpretação da natureza e da lei, que não cabe discorrer aqui pela grandeza do assunto. Entre especulações das mais abrangentes, costuma se desconsiderar uma questão de certa preponderância nesses debates: "Como explicar que os homens de todas as épocas e lugares seguiram princípios tão semelhantes?" E como a lei positiva sempre extraiu seus princípios da lei natural gerando essa extraordinária harmonia de princípios que irmanou tantos povos que sequer tiveram contato um com o outro? Como explicar que tais princípios foram solenemente proclamados pelos homens como pressupostos básicos de suas sociedades? Não seriam tais "coincidências" um forte indicio de que a lei natural seria anterior aos homens, cabendo a estes, somente a tarefa de reconhecê-la e sancioná-la positivamente? Todavia, cabe lembrar que a lei não pode ser fruto de mero consenso, pois, a dinâmica social nos revela que as massas são volúveis e passíveis de erro. Mas cabe fazer

uma consideração sobre esta interrogação que sempre se esbarra na perspectiva de qualquer positivista radical ou jusnaturalista.

Tratemos brevemente e de forma simples de certos princípios da lei natural que, a meu ver, são o fio condutor de toda a moralidade natural.

A Religiosidade no homem

A primeira das leis naturais — observa o suspeito Montesquieu —, foi aquela que chamou o homem ao reconhecimento de um Criador. Por isso todos os povos cultuaram um deus. Disso procede a convicção presente entre tantos conservadores, e demonstrada por fartas páginas da antropologia, de que antes de haver um *homo œconomicus*, um *homo ludens*, um *homo faber*, houve o *homo religiosus*. E esta qualificação no homem é invencível e evidente. Você pode até desfazer as demais, mas jamais desfará esta última. Por isso, todas as lutas que se travam contra a religião e a disposição religiosa no homem, são sempre lutas inglórias. É em torno desta lei que se agrupam outros princípios como:

“o amor e o respeito ao próximo”, e junto com ele, o respeito pelos seus bens, não os destruindo ou espoliando.

O respeito ao próximo

O segundo princípio da lei natural nos ensina de forma espontânea que a vida física é sagrada e deve ser preservada. Tal princípio se faz mais claro por ser parte fundamental do mecanismo de conservação da espécie. Portanto, tudo que atenta contra este princípio acende a indignação dos homens, que condenam de imediato tal ato, e isto, após o aviso da própria consciência do transgressor em resposta ao ato cometido.

Desse princípio, e do anteriormente apresentado, toda a moralidade tomou forma, embora, de modo diverso no Oriente e no Ocidente.

2. O senso comum

O influxo da lei natural entre os homens gera aquilo que os intelectuais chamam com

desdenho de “senso comum”, que também poderia ser chamado de “a consciência dos homens comuns”. O senso comum forma um conjunto de crenças, por vezes mal formuladas, sobre questões mais elevadas, que dizem respeito às coisas práticas da vida e estão muito além da especulação presunçosa de um intelectual. Mas não se pode falar de senso comum sem fazer referência ao homem comum. O homem comum não perde tempo com elucubrações fantásticas de um mundo irreal, ele está demasiadamente preocupado com o curso de sua vida e dos que estão sob sua custodia. Nenhuma sociedade pode existir sem estes tipos humanos! São eles que lavam a roupa, fazem a refeição, dirigem o ônibus, vendem a pipoca no cinema, movem a sociedade com toda a literariedade que a frase faz pensar. Em suma: estão por toda parte! E não foram feitos para viverem reclusos em escritórios, perdidos em abstrações; eles vivem do real, e jamais o distorcem para encaixá-lo em seus desejos, como costumam fazer os intelectuais e revolucionários. No entanto, o senso comum, por si, é subestimável. É necessário que ele sempre esteja

ancorado sobre alguma forma de legitimidade institucional. Em outras palavras: é necessário que alguma força oficial, burocrática — aquilo que Machado de Assis chamou de “país oficial” (o país dos burocratas e intelectuais) — dê alguma credibilidade ao conjunto de crenças que compõe a mentalidade comum do povo, e, isso, como sabemos, é incomum na história. Por isso, surgiu a formulação jurídica da lei natural sob o nome de “Direito Natural”, para dar alguma concretude e formalidade ao que estava impresso apenas nos corações.

O senso comum também pode ser visto como aquele “preconceito” de que fala Burke em sua obra, que, ousadamente, o autor irlandês, propõe nos seguintes termos: “Em vez de rejeitar todos os antigos preconceitos, nós os estimamos consideravelmente”.[19] Não a este preconceito com o sentido deturpado que hoje nos apresentam, mas aquele preconceito que se referia ao senso do povo; aquele julgamento que o homem comum faz baseado em suas experiências de vida, tradição e crenças; aquele conjunto de opiniões que,

embora, mal articuladas, pode conter mais sabedoria do que supõe a vã filosofia do intelectual revolucionário. É a este preconceito que Dalrymple, em livro recente[20], se põe em defesa e adverte: “Derrubar determinado preconceito não significa destruir o preconceito enquanto tal, mas colocar outro preconceito em seu lugar”.[21] Em suma: querem derrubar o bom e velho preconceito do homem comum para colocar o preconceito do homem incomum em seu lugar.

CAPÍTULO IV

A controversa posição econômica de um conservador

Para o conservador, os critérios do mercado devem estar sujeitos a critérios morais. E neste sentido, o conservador nato (aquele que Lord Cecil chamou “conservador natural”) — assim como o conservador político —, despreza com veemência a absorção de tudo pelo materialismo econômico que reduz seres humanos a um ideal abstrato (um mero *homo œconomicus*). Por isso, na autêntica perspectiva conservadora, a economia é vista como um dado acessório da vida humana, não a sua razão de ser e a base de tudo — para onde tudo deve convergir, como pensam os libertários, anarcocapitalistas e outras figuras congêneres. Mas ao contrário do que se pensa, a visão conservadora da economia não pende nem para o liberalismo e nem para o socialismo. Se, por um lado, o conservador impugna o invasivo dirigismo e a deificação do Estado no socialismo, no

positivismo e outros *ismos*, ele também renega o abstencionismo exacerbado do neoliberalismo. E nesta faca de dois gumes que se tornou a economia moderna, a visão conservadora se defronta com um de seus maiores conflitos: a busca por uma autêntica visão econômica que o distinga com precisão do liberalismo e do socialismo.

Embora, Adam Smith, o pai do liberalismo clássico, reconhecesse a importância das leis morais sobre as leis econômicas em sua Teoria dos Sentimentos Morais, assim como o *totem* do neoliberalismo, Friedrich von Hayek, que chegou a afirmar que "as tradições morais constituem as bases indispensáveis de uma civilização livre", ambos convergiram de forma unânime para a aceitação da tese clássica de Bernard de Mandeville, que postulou que os fundamentos de uma autentica economia e da prosperidade são antes vícios como a ambição e a avareza em vez de uma virtude excelsa como a caridade, se contrapondo assim ao típico temperamento conservador que vê na avareza e na ambição

antes males que bens. A este respeito, escreveu Smith: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse.”[22] Isso, embora óbvio, não desabilita a necessidade da caridade na reta conduta humana, até mesmo nessa busca, aparentemente, exclusiva por satisfazer o próprio interesse. E Hayek chegaria a conclusões equivocadas sobre esta civilização, que, embora, ele reconhecesse as bases morais, distorceu impiedosamente sua razão de ser ao afirmar que “o seu destino dependerá da maneira como resolvermos nossos problemas econômicos.”[23] Ambos falham por ver nos efeitos e não nas causas a razão do problema. Se a sociedade se desenvolve a partir do egoísmo de cada indivíduo, quem nos garante que ela também não possa estagnar a partir desse mesmo egoísmo? A verdade é que o egoísmo pode ser, ao mesmo tempo, a receita do progresso econômico e da estagnação; da estabilidade e do caos... E provas disso não nos faltam. Nenhuma sociedade pode se desenvolver sem a cooperação mútua e caridosa

entre seus membros; sem uma moral sólida que regule suas relações econômicas. Se o egoísmo de alguns produziu algum progresso, a caridade de outros produziu progresso ainda mais significativo. Embora, esta ultima virtude, costuma ser omitida ou minimizada nas análises do progresso das sociedades.

Roger Scruton, por sua vez, identificava na "confiança" outro importante componente moral da economia, ao dizer que "um mercado pode fazer a alocação racional dos bens e serviços somente onde há confiança entre os integrantes, e a confiança só existe onde as pessoas assumem a responsabilidade por seus atos e se tornam responsáveis por aqueles com quem negociam. Em outras palavras, a ordem econômica depende de uma ordem moral".[24] Tal afirmação se funda no fato de que relações econômicas sólidas e fecundas só podem se desenvolver entre pessoas que nutrem confiança umas às outras; e confiança é algo que depende de outras virtudes, como senso de justiça, lealdade, responsabilidade, e caridade, etc. Portanto, há um componente

moral que rege o estágio pré-contratual das relações econômicas, e por esta razão, julgam os conservadores que, as leis do mercado devem estar sujeitas as leis morais, e se esta ordem for invertida, cria-se uma relação tão desumana que faz dos indivíduos meros produtores e consumidores vivendo a custas dos critérios de mercado; um simples *homo oeconomicus* que vive em função do lucro, descaracterizado de suas dimensões fundamentais, de modo que até seus afetos mais íntimos acabem sujeitos ao instinto precificador do mercado. A moral, portanto, é aquele elemento que impede um fenômeno humano, como a economia, de retornar ao regime desumano da lei da selva, onde o mais fraco sempre perece na sanha incontrolável do mais forte. Em suma: Um sistema econômico desprovido de sólidos valores morais retorna a barbárie.

No entanto, cabe observar que Mandeville não estava de todo errado em sua asserção. De fato, os vícios que ele afirma ser a força motriz da economia, poderiam não ser propriamente a força

motriz da economia em si, mas do capitalismo. E disso estão de acordo a maioria dos autores conservadores. E por capitalismo, não compreendo um sistema específico que rege determinada área geográfica, mas o regime econômico que vigora no Ocidente com dupla face: uma liberal e outra socialista. Embora, tal afirmação possa gerar graves equívocos de interpretação, me arrisco a fazê-la.

Marx consagrou sua linguagem no mundo econômico de forma quase irreversível, de modo que teremos que usá-la, em parte, caso desejamos ser compreendidos. Para Marx, o capitalismo é o sistema econômico que tem na propriedade privada e no acumulo de capital sua base. E o socialismo, portanto, deveria ser, ao menos na teoria, a distribuição equitativa do capital entre todos e a coletivização da propriedade privada. No entanto, na prática, o socialismo tornou ainda mais desigual a distribuição do capital e da propriedade privada; acumulando o capital nas mãos de uma pequena elite, o partido, e aumentando a massa de desvalidos. Em suma: na

prática, o socialismo repete e maximiza os mesmos erros do capitalismo que promete combater. Se no regime liberal a propriedade privada está concentrada nas mãos de poucos, no socialismo, sob a falácia de distribuição igualitária, ela também é concentrada nas mãos de poucos (os líderes do partido, que na prática, também deveriam ser chamados capitalistas). Em suma, o resultado alcançado pelos dois sistemas, que se apresentam como opostos, é sempre o mesmo: a desigualdade brutal e a má distribuição. Porém, o ponto central onde "liberais" e "socialistas" se distinguem radicalmente, é a posição de ambos em relação a propriedade privada. A propriedade privada, na autêntica perspectiva conservadora é vista como o pilar da ordem econômica, e nesse ponto, eles se aproximam mais dos capitalistas liberais do que dos socialistas. Hillaire Belloc, um autentico conservador, dizia que da propriedade privada depende a liberdade dos homens, e se ela for abolida, seria restaurada a escravidão.[25] O mesmo notava Fulton J. Sheen. O autor americano percebia que com a redução cada vez mais

drástica do número de detentores da propriedade privada, corria-se o risco, apontado por Belloc, de se restaurar a escravidão, ainda em seu século: "Uma vez que se concentra a propriedade nas mãos de poucos, criam-se escravos".[26] E estes dois autores supracitados, sendo autênticos representantes da visão comum de um conservador em matéria econômica, podem nos fornecer uma visão mais clara e precisa de como pensam os conservadores natos nesta matéria.

Contrapondo-se ao que aqui é exposto, o lusitano João Pereira Coutinho em um estudo seminal sobre o conservadorismo, a partir da perspectiva liberal, aconselha: "um conservador deve começar por valorizar uma 'sociedade comercial', não por motivos transcendentes – antes por motivos empíricos e imanentes."[27] Mas isso é impossível, a menos que o conservador deixe de ser o que é por natureza, pois tal adesão implica na exclusão de um dos princípios fundamentais da sua cosmologia natural, a crença em uma ordem moral duradoura e transcendente que está além da materialidade.

Cabe, portanto, dizer que a economia, embora desprovida de uma dimensão transcendente, toca intimamente uma ordem transcendente que o conservador julga imodificável. O fundamento da sociedade comercial, como bem observou Smith, é o interesse pessoal (individualismo) de cada produtor e o dos consumidores — que através da busca por satisfazer este interesse —, contribuem indiretamente ao bem comum. Mas se a avareza, a ganância, e o egoísmo são as fontes vitais do capitalismo, virtudes opostas deverão ser os fundamentos de uma autentica economia conservadora, como a caridade, a liberalidade e a generosidade. E a este respeito, lembramos que a miséria não pode ser vista como um bem em hipótese alguma, é um mal que deve ser mitigado o quanto for possível, embora, com a certeza de que está além das forças humanas erradicá-la. E quando a miséria grassa em região tão rica, não há como não suspeitar de flagrante injustiça na ordem econômica e política estabelecida. Fulton J. Sheen é curto e direto a este respeito: “Os presentes males econômicos provém do fato de poucos possuírem de mais e muito de menos.”[28] O

que muitos julgavam ser uma “falácia” socialista, é, na verdade, uma crença comum ao conservadorismo clássico.

Outro aspecto considerável que deve ser objeto de nossa reflexão é, que o mercado pode criar milhões de necessidades supérfluas no homem para satisfazê-las momentaneamente com suas artimanhas, mas, em contrapartida, nunca pode produzir seres humanos plenamente satisfeitos, porque se tal ocorresse, seria trágico para o próprio mercado. É, portanto, parte do sistema de consumismo conservar homens insatisfeitos e ávidos que alimentem a poderosa máquina de consumo incessantemente.

É comum a um conservador desprezar o socialismo porque ele afronta aspectos fundamentais da ordem social como a propriedade privada, as relações matrimoniais e familiares, a liberdade individual, por sua tirânica coletivização dos meios de produção, interferência pernóstica do Estado na vida privada de todos, afetando-a com seus altos impostos, regulações e repressões, etc. No entanto, é igualmente natural

a um conservador a repulsa ao individualismo burguês, à sanha implacável por lucro e a prosperidade econômica como fins, tal como se vê no capitalismo liberal, em que, também, aspectos fundamentais da ordem social são comprometidos. Parece que um autêntico conservador não costuma pender nem para um lado, e nem para o outro, embora reconheça algumas verdades em ambos os lados, sem aderir integralmente a nenhum deles. João Pereira Coutinho ao esboçar uma apresentação da visão econômica de um conservador, constatava algo que a seus olhos não era muito agradável: "É possível escrever um longo manual anticapitalista só com autores conservadores."[29] E como estava certo o autor lusitano. Essa tendência mudaria através do conservadorismo político de Burke, mas permaneceria inalterável no conservadorismo natural. Embora Burke reconheça o caráter vicioso da ganância, não nega sua suposta "necessidade" para a prosperidade social: "O amor ao lucro, diz ele, por vezes levado a excessos ridículos e viciosos, é a grande causa da prosperidade de todos os Estados."[30] De fato,

como constatamos algumas linhas atrás, o conservador, até sabe disso, ou suspeita de tal verdade, mas, para ele, a prosperidade econômica em uma desordem moral não possui qualquer valor. Por isso, Fulton J. Sheen, vai dizer que "se tivéssemos que escolher, melhor seria preferir a pobreza à escravidão."[31] Isto porque o conservador nato julga a economia a partir de um critério de justiça que traz naturalmente consigo, e caso esta justiça seja deixada de lado a custa de vantagens econômicas, tal economia tornar-se-ia desumana aos seus olhos. Eis porque o conservador vê acima dos dados humanos e temporais uma realidade que a transcende. Portanto, ele coloca a economia numa ordem de meios destinados a um fim supremo, que é de natureza espiritual. Portanto, não adianta desmoralizar ou menosprezar o senso comum de um conservador em matéria econômica, ele jamais renunciará a seus valores como parâmetro de aferimento. E uma resposta para isso vem de um ilustre economista de nosso século e máximo representante da escola de Freiburg que dizia a este respeito que "acima de tudo, o homem é

homo religiosus."[32] E diante desta dimensão humana, o *homo oeconomicus* torna-se quase nada. Sem adentrar mais a fundo nos embaraçosos caminhos da economia, cabe ter em vista esta noção que o conservador usa para julgar os critérios econômicos e políticos.

CAPÍTULO V

O conservadorismo político

A maioria dos autores remetem ao contexto da Revolução Francesa as origens do conservadorismo como doutrina politica. Antes da Revolução francesa, tudo que se entrevia eram partes dos ideais políticos do conservadorismo nas páginas de Aristóteles, Platão, Cícero, Sêneca, Salústio, Sto Agostinho, Sto Tomás de Áquino, entre outros.

Mas, é em Edmund Burke e Joseph de Maistre que o conservadorismo se articula como movimento político-filosófico consciente de sua razão de ser: combater os nefandos ares da revolução. Embora de formas diferentes nos dois autores. Abaixo, apresento, alguns pontos que caracterizam uma autêntica política conservadora.

1. Promessas de um mundo melhor

Uma autêntica politica conservadora nunca faz promessas de um mundo melhor! Sabe quão perigosas são as promessas utópicas por conta da natureza corrompida do homem e da imprevisibilidade do amanhã, que, não raras vezes, frustra nossos cálculos. Por isso, um conservador, sabe que um mundo melhor nunca vai acontecer; sabe que o mal não está especificamente nas instituições sociais ou na civilização, mas no homem. São os revolucionários que nutrem a absurda pretensão de construir um paraíso terreno; e esta pretensão sempre culmina em tragédias.

2. A recusa em se arriscar em juízos incertos

Outro aspecto característico de uma autentica política conservadora é nunca se fundamentar em hipóteses, mas sempre em certezas. E quando não se tem certeza sobre a melhor decisão a tomar, o conservador jamais põe em risco o destino da sociedade a confiando em ideias duvidosas e mudanças desnecessárias. O filósofo Olavo de Carvalho escreveu que "a mentalidade revolucionaria é uma mistura de presunção

psicótica e irresponsabilidade criminosa.”[33] De fato, só mesmo uma presunção mórbida pode prometer o que não se pode cumprir; e uma irresponsabilidade criminosa pode engendrar ideias que sempre culminarão em tragédias, sem jamais se responsabilizar por elas.

3 O futuro não pertence a nós!

Ao contrário do que dizem os mais famosos tiranos, o futuro não é tão previsível, e tão pouco está dentro dos domínios da ação humana. Aqueles que falam de um futuro ao estilo *imagine*, costumam se ver frustrados com as surpresas da vida. Se o político não considera o caráter imprevisível do que está a frente, por certo, ele está longe de ser um conservador. O autêntico conservador sabe e repete: “o amanhã não nos pertence”, e nunca, “o amanhã pertence a nós”, como cantava a juventude hitlerista.

4. A responsabilidade pelas escolhas

Outra distinção importante sobre uma autentica política conservadora e uma política revolucionária, é a visão entre os conservadores

do ser-humano como o único responsável por seus atos; enquanto uma autentica política revolucionária defende que os indivíduos, invariavelmente, são vítimas de situações criadas por sistemas políticos e econômicos. Em outras palavras, é a situação que cria o homem, não o homem que cria a situação. Ou seja, uma inversão radical da realidade. Eis a explicação para a típica visão esquerdista do criminoso como "vítima da sociedade". Para o conservador, todo criminoso é o resultado de uma defeituosa formação moral e de escolhas pessoais — não excluindo o fato de que a realidade econômica na qual ele cresceu contribuiu para esta escolha; porém, sua condição econômica não é o fator determinante de sua opção pelo crime. Embora a predisposição ao erro seja um traço dominante da natureza humana, suas exigências podem ser contidas com uma formação moral adequada e a escolha pessoal pelo bem. E caso o indivíduo resolva transgredir as leis sociais, o estado possui legitimidade para puni-lo.

5. O princípio de autoridade é imprescindível para a ordem

> *Na política, a atitude conservadora visa, sobretudo, ao governo, e não considera nenhum cidadão como possuidor de um direito natural que transcenda sua obrigação de ser governado.*
>
> Roger Scruton[2]

Outro princípio da politica conservadora é o de que todos devem estar sujeitos a alguma autoridade, como parte imodificável da ordem social. Embora este princípio seja desagradável para muitos, é impossível negá-lo. Busque uma única pessoa que não esteja sujeita a alguma autoridade, e então, reconsideraremos este princípio. As pessoas podem até optar por não obedecer uma autoridade, mas elas sempre terão

[2] *The meaning of conservatism*, p. 16

alguma a qual obedecer. E o princípio de autoridade não implica, de maneira alguma, em dizer que quem manda possua atributos humanos superiores aos de quem obedece; implica simplesmente em dizer que por razões burocráticas, legais ou tradicionais, sempre haverá um que comanda e outro que obedece. As democracias modernas estabeleceram regras para esta ordem inevitável da realidade social, de modo que, governar torna-se, por vezes, encargo tão penoso quanto ser governado, já que a responsabilidade de quem governa é bem maior do que a de quem é governado. E por isso, muitos renunciam a tarefa – outrora tão desejada –, de governar. Mas renunciando ou a abraçando livremente, não será uma condição a qual o homem possa se eximir.

6. *O Estado invasivo*

Embora tenhamos salientado que os conservadores preservam certa suspeita às políticas de um Estado liberal, eles repudiam com veemência a invasão de um estado que domine todos os âmbitos da vida privada. Para o conservador, há certos aspectos da vida que são inalienáveis, tais como: a criação dos filhos ou o número de filhos que um casal deva ter; a intimidade do lar; a liberdade para empreender, entre outras atividades que não há qualquer razão plausível para a interferência do Estado ou para transferir a ele a discussão, já que por sua natureza, dizem respeito única e exclusivamente ao indivíduo, e não ao coletivo. Roger Scruton reconheceu este aspecto como o primeiro princípio de uma política conservadora. Em suas palavras, "o primeiro princípio de uma política conservadora é impedir que o Estado assuma atribuições que podem ser desempenhadas de forma muito mais eficiente pelos cidadãos. Mas o filósofo britânico adverte algumas linhas a frente: "Isso não significa *laissez-faire,* mas sim, uma instruída divisão do trabalho."

CAPÍTULO VI

Conservadorismo, ideologia e espírito revolucionário

Embora alguns o classifiquem como uma ideologia pura, o conservadorismo está longe de o ser. Já que não é uma criação humana com vistas a transformar a sociedade, ou mascarar determinada realidade em detrimento de um novo mundo ou uma nova perspectiva da natureza humana, como fazem todas as ideologias. Tão pouco, o conservadorismo possui a pretensão de transformar a sociedade a partir de um modelo pré-determinado por algum ideólogo advindo de suas fileiras. O conservadorismo, como bem escreveu Henry Stuart Hughes, é antes "a negação da ideologia."[34] No entanto, se difundiu a tese oposta — inclusive entre autores conservadores —, de que o conservadorismo seria apenas uma ideologia como qualquer outra. Mas tal constatação parte antes de uma interpretação limitada do que seja o conservadorismo e do que

seja uma ideologia. Robert Nisbet, um autor respeitado, em seu livro *conservatism*, assim define a ideologia: “Ideologia é qualquer conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais, razoavelmente coerente, possuindo uma relação sólida e óbvia com a política e o poder político; mais especificamente, é uma base de poder para possibilitar o triunfo do conjunto de ideias.”[35] E o mesmo autor, por entender o conservadorismo nestes termos, o encara como uma ideologia. A julgar que ele resume o conservadorismo a uma mera doutrina política, sistematicamente organizada, deixando de lado seu caráter psíquico e comportamental entre pessoas completamente alheias à política, devemos concordar com ele que sob esta perspectiva, o conservadorismo, poderia ser apenas uma ideologia;[36] mas, discordo veementemente que o conservadorismo se resuma unicamente a uma postura politica. De certo modo, é fácil, reconhecer um conservador político nas figuras de Burke, Cortés, Maistre, Disraeli, Churchill etc., no entanto, é dificil reconhecer o mesmo papel em figuras como Lewis, Chesterton, Tolkien, Belloc, que embora sejam inegáveis

conservadores e pensadores refinados, não pareciam estar tão disposto a defender uma postura política, como defendiam uma postura humana. Estes pareciam ser autênticos representantes do conservadorismo natural, assim como outros notáveis pensadores na história como Sto Agostinho, Sto Tomás de Áquino e pagãos como Platão, Aristóteles, Cícero e Sêneca. E, é deste conservadorismo natural que o conservadorismo político tira seus fundamentos. Sem este conservadorismo originário, nem existiria uma política conservadora.

Há um modo de ser que está entranhado na consciência e na personalidade dos homens, que não é fruto — e é bem difícil provar o contrário — de meras convenções, mas já estão gravados intrinsecamente na personalidade humana. E neste modo de ser podemos encontrar os elementos substanciais da doutrina conservadora na política, embora, esta seja infinitamente pequena diante deste elemento preternatural — ou como chamou T. S Elliot: pré-político —, que se encontra no conservadorismo natural. Todavia,

ainda há quem faça crer que foi a doutrina politica que forjou o temperamento conservador. Nada mais absurdo! Enquanto o conservadorismo político é fruto de uma personalidade natural, os seus antípodas políticos, o liberalismo e o socialismo, também são frutos de uma personalidade misteriosa que se verifica em alguns indivíduos ao longo da história: o temperamento revolucionário, que embora, em menor número, no entanto, mais meticuloso que o primeiro.

A mentalidade revolucionária já foi objeto inclusive de análises psiquiátricas, que não a confundiam com qualquer outra condição patológica[37], já que é uma perspectiva incomum da realidade que a caracteriza e tem em seus máximos representantes, homens claramente debilitados como: Karl Marx, Michel Foucault, Louis Althusser, Stalin, Lenin, Che Guevara, *et caterva.* Mas há também que se diferenciar a personalidade revolucionaria da política revolucionária, que se apresenta sistematizada nos círculos políticos e acadêmicos.

O revolucionário é um sujeito que detém uma descomunal presunção de que, a despeito de suas débeis forças e sua limitada razão, é portador de verdades universais e soluções para todos os males da sociedade. Para isso, propõe que toda a sociedade, e a própria natureza humana, seja moldada pelo padrão ideal que este concebe em sua mente. Este espírito pernóstico teve seu ápice na história no fenômeno político chamado "Revolução Francesa", embora, já nos ecos da Pseudo-Reforma Protestante se entreviam as primeiras fagulhas das grandes revoluções da modernidade (A Francesa e a Russa).

A substância fundamental do espírito revolucionário é a pretensão radical de remodelar a ordem social e a natureza humana segundo os critérios de um pequeno grupo, ou um único indivíduo. Tal indivíduo, não hesita, em propor a destruição da ordem vigente e o rompimento com a tradição para remodelar a ordem social, e até mesmo a personalidade humana, a partir de um modelo pré-determinado que ele apresenta como o verdadeiro e necessário. O que se perde com essa

incursão destrutiva é pouco sentida, já que os revolucionários não possuem muita — para não dizer nenhuma —, estima por uma tradição ou seus valores; pela sociedade em que vivem, ou alguma moral estabelecida. É esta pretensão que encontramos na sanha jacobina e nos escritos de Marx. “A revolução social do século XIX — escreveu este ímpio ideólogo — não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado.”[38] Não seriam essas palavras uma receita para a tragédia? Como se pode tirar algo de um tempo que ainda não chegou? Era exatamente essa a essência de toda a experiência revolucionária, um mero devaneio juvenil; um tiro em falso em nome de uma sociedade que só se conheceu no mundo das ideias; um apego insano ao hipotético.

CAPÍTULO VII

Edmund Burke, o pai do conservadorismo político

Em Edmund Burke encontra-se a "substância filosófica" – como diz Nisbet – do conservadorismo. Em suas Reflexões sobre a Revolução na França, Burke, resume seu conservadorismo nos seguintes termos: "Temos verdadeiros corações de carne e sangue batendo em nosso peito. Tememos a Deus. Erguemos os olhos com veneração aos reis, com afeição aos parlamentos, com submissão aos magistrados, com reverência aos padres e com respeito à nobreza"[39]. Obviamente, neste trecho não está todo o programa conservador apresentado por Burke em sua vasta obra, mas acredito que estas palavras bem servem para nos introduzir à doutrina deste sujeito, a quem se reconhece a paternidade do conservadorismo político. Admitamos, porém, que, tecer, mesmo que breves considerações sobre a doutrina de Burke, é uma

tarefa um tanto quanto ingrata. Tanto pela profundidade de sua obra quanto pelo nosso limitado conhecimento dela, no entanto, é possível encontrar pontos centrais de sua tese, que podem nos direcionar numa introdução a sua doutrina. Antes de Burke, o conservadorismo era reconhecido apenas como expressão do temperamento humano. Foi isso, que Hugh de Cecil apresentou em seu *Conservatism.* Esse tipo de conservadorismo apresentado por De Cecil no supracitado livro, é o que chamamos, de "conservadorismo primitivo", ou, simplesmente, "reacionarismo"; o mesmo tipo de conservadorismo que apresenta Michael Oakeshott quando diz que "ser conservador é preferir o familiar ao desconhecido, o tentado ao não tentado, o fato ao mistério, o real ao possível, o limitado ao ilimitado, o próximo ao distante, o suficiente ao superabundante, o conveniente ao perfeito, a felicidade presente à utópica"[40]. Burke se distingue radicalmente destes em sua doutrina política.

A mudança na visão de Burke

Uma interrogação muito comum preocupa a mente conservadora quando esta se vê na iminência de empreender algum tipo de mudança: “Será que a perda compensa o ganho?” Seja este um reacionário ou um conservador nos termos filosóficos, ambos são, fortemente constrangidos por tal interrogação. E entre o certo e o duvidoso, as pessoas comuns, ficam com o primeiro. Mudar sempre implica em deixar algo para trás; e tal perda, sempre, parece nociva a um reacionário. O conservadorismo de Burke confronta esta questão emblemática de outra forma. Para ele, a mudança não só é benéfica como necessária para a própria perpetuidade do que se quer conservar. É desta forma que se processa a dinâmica social em sua visão. Em outras palavras, progresso e conservadorismo não são realidades antagônicas, mas, antes, elementos complementares.

A compreensão burkiana da relação entre conservadorismo e progresso se dá pelo modo que

o pensador irlandês compreendia a sociedade, ou seja, como “uma associação entre os vivos, os mortos e os que estão por nascer”[41], de modo que passado, presente, e futuro, sempre, devem andar juntos, sem se deterem ou se desapegarem, mesmo seguindo cursos diferentes.

A religião como fundamento da sociedade

Um outro princípio que se apresenta na obra de Burke versa sobre a necessidade da religião para a vida e a ordem social. Escreve ele a este respeito: “A religião é a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e de toda a felicidade”[42].

Por certo, desde os tempos clássicos, os maiores pensadores da humanidade confirmam esta afirmação, e até entre os inimigos da religião, encontramos um apoio a esta tese. Platão assim dizia em um tempo muito remoto: “A religião tem sido considerada por todos os homens e em todos os tempos como o fundamento indestrutível das sociedades humanas”[43]. E tal afirmação é comum

a todos os expoentes do pensamento conservador, antes e depois de Burke. O mesmo iriam dizer, em outros termos, o pérfido Rousseau e o ferino Voltaire. O primeiro, assim se expressou: “Jamais se fundou nenhum Estado, sem que a religião se servisse de fundamento”[44]. E o segundo, com ainda mais veemência, disse: “Onde quer que exista uma sociedade, a religião é de todo necessária”.[45] Evidentemente, não podemos citar todos os autores célebres que confirmaram esta afirmação, para não nos tornarmos demasiadamente enfadonho, mas estes, creio, servem bastante para o nosso propósito.

A inviolabilidade da propriedade privada

Em Burke, apresenta-se uma defesa enfática da inviolabilidade da propriedade privada, que é uma crença comum a todos os conservadores.

A defesa da propriedade privada e sua transmissão através de direito hereditário é um dos pontos que distanciam radicalmente o conservadorismo de seus antípodas: o socialismo e o libertarianismo. “O poder de perpetuar nossa

propriedade em nossas famílias é um de seus elementos mais valiosos e interessantes, que tende, sobretudo, à perpetuação da nossa sociedade"[46], escreve Burke. Por certo, há um desequilíbrio social incalculável onde quer que se tente abolir o direito a propriedade privada. Nunca se viu região onde isso acontecesse, sem junto com ele, se procederem também, tragédias incomensuráveis. Deste modo, observamos que a pretensão de abolir o direito a propriedade privada é uma das características de todos os tiranos.

A Monarquia

Uma das características fundamentais do conservadorismo britânico é a profunda desconfiança à democracia. A este respeito, escreveu Burke: "Uma perfeita democracia é a coisa mais vergonhosa do mundo"[47] Esta desconfiança parece ser um dos aspectos mais comuns do conservadorismo, e um dos motivos

para tal desconfiança, observa o autor irlandês, é que “a vontade dos muitos e seus interesses diferem bastante e frequentemente; e a diferença será enorme quando fizerem esta escolha”.[48] Burke ainda observa que “nada existe entre o despotismo de um monarca e o despotismo da multidão”[49] e isto porque ele acreditava que “em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões”[50]. Desta forma, o autor irlandês, apresentava uma corrupção da ordem política que viria a receber em Stuart Mill e Tocqueville o nome de “Ditadura da Maioria”[51] e que, já na Grécia antiga, se encontrava relatado em seus mais célebres autores:

> “Mas a grande maioria bradou que era monstruoso impedir que o povo fizesse tudo que desejasse (...). Então os Pritanes, tomados de medo, assentiram em colocar esse assunto em votação — todos eles, exceto Sócrates, o filho de Sofrônisco, o qual disse que em

> nenhuma circunstância agiria senão em conformidade com a lei”.[52]

Quando o quantitativo se confronta com o qualitativo, não raras vezes, o quantitativo vence.

As massas já protagonizaram grandes atrocidades e, com uma ressalva que não se aplicaria a um tirano, elas são sempre inimputáveis, pois, quem irá punir o povo por seus desvios? Talvez, este seja o maior inconveniente da pura democracia.

Se pode levar os tiranos aos tribunais e condená-los por seus crimes, mas o mesmo não se pode fazer em relação ao povo. E nisso se explica a sentença inexorável que há pouco mencionamos: “A perfeita democracia é a coisa mais vergonhosa do mundo”[53].

A desigualdade natural entre os homens

Uma das primeiras observações de Burke sobre a sociedade veio a ser confirmada nos tempos presente através de um número inaudito de provas. Diz ele: “Em todas as sociedades compostas de diferentes classes de cidadãos é necessário que algumas delas se sobreponham as outras”[54] E um dos exemplos que me utilizarei para dar mais veemência a este aspecto retiro de uma tese antropológica que vê no instinto competitivo do homem a resposta para tal desigualdade: a condição chamada por Jan Huizinga de *homo ludens*.

Por certo, o homem não buscou no princípio de sua jornada existencial, simplesmente, dominar e acumular e, em torno disso, desenvolver sua personalidade e organização social. Buscou, antes de tudo, divertir-se e brincar! E esta é a tese que se encontra na mencionada obra de Jan Huizinga. Segundo Huizinga, a inclinação por diversão no homem é natural e o acompanhará em cada momento de sua existência — embora transvestida com outra face —, e terá efeitos sociais mais dinâmicos do

que a atividade laboral. Isto porque o prazer ainda possui certa vantagem sobre o dever. Neste sentido me arrisco a dizer que é mais fácil as fábricas e os escritórios serem abandonados do que os cassinos e os estádios de futebol. Os primeiros se ocupam por dever, o segundo por prazer. O desejo de divertir-se é um traço comum e dominante da natureza humana e é até mais estimulante que qualquer outro instinto. Por isso, muitos governantes utilizaram amplamente as competições como poderosa válvula de escape nos tempos de revolta e insatisfação popular a seus governos. Poucas coisas pareciam entreter tanto o povo e acalmar seus ânimos quanto as competições e os jogos. E esta prática, denominada política de pão e circo, se perpetua na história, não havendo governante que não faça uso dela. Mas além de ser um poderoso freio ao ímpeto das massas, o jogo, pode ter exercido papel primordial no desenvolvimento da civilização; e o instinto competitivo que o move permanece inalterável no homem.

É do competitivismo lúdico que se originam as outras formas de competitividades sociais, como a econômica e a política. Por esta razão, tão claramente exposta na natureza humana, a utopia de uma sociedade igualitária e sem classes sempre será uma ilusão. Nenhum homem se conformará em se ver disposto em igualdade absoluta com os demais. O instinto competitivo arraigado em seu ser sempre irá lhe impelir a superar seus semelhantes em algo. E esta competitividade sempre irá colocar os homens em posições desiguais em qualquer área, gerando sempre entre eles uma desigualdade de talentos, interesses e posições sociais.

As próprias experiências revolucionarias na história provam esta tese. Onde quer se instaurou um regime revolucionário, viu-se ascenderem classes ainda mais opressoras ao poder e uma desigualdade mais perniciosa que a anterior se produzir. Isto porque a desigualdade não é um dado alterável da vida social, mas um aspecto imodificável da ordem.

O princípio da legitima defesa

Burke reconhece o direito a autodefesa como "a primeira lei da natureza"[55] E este direito à defesa se deve ao fato de todo conservador estar consciente do perigo a que todos estão vulneráveis por conta da inerente maldade humana. Por isso, ele acredita que é legitimo o aparato coercitivo do Estado na missão de conter o ímpeto dos maus. Neste sentido, compreende-se certos direitos e instituições legais para garantir a segurança de todos, como: a pena de morte, o porte de armas para civis, e leis mais severas para inibir a criminalidade. "A sociedade exige não apenas que as paixões dos indivíduos sejam dominadas, mas também que, mesmo na massa e no conjunto, bem como nos indivíduos, as inclinações dos homens sejam frequentemente contrariadas, sua vontade controlada e suas paixões reprimidas"[56], dizia Burke. Uma posição que difere radicalmente da defendida pelos revolucionários, que se recusam a ver a maldade inata do ser-humano, e insistem em proclamar a maldade nas instituições

e na própria ordem social, de modo a desculpar criminosos e combater qualquer forma de repressão, mesmo as legitimas. Estes são alguns dos elementos mais importantes da doutrina de Edmund Burke, e que se consolidaram no perfil do conservadorismo político ocidental.

CAPÍTULO VIII

O pessimismo conservador[3]

Há de certo modo uma aura obscura sobre o temperamento conservador: o pessimismo. Por certo, o otimismo irrealista não é algo comum no temperamento conservador, é antes o grande atrativo do temperamento revolucionário, e se há algo que atrai a juventude para as fileiras da revolução é antes o brilho ilusório de uma falsa

[3] Sempre houve grandes controvérsias entre autores conservadores em relação a este tema. Algumas figuras notáveis como Lewis e Chesterton o viram como algo repulsivo. O último, assim escreveu a seu respeito: "O pessimismo não consiste em sentir-se cansado do mal, mas em sentir-se cansado do bem" (*O homem eterno*) Mas aqui comungo de uma ideia que poucos hão de discordar: a mentalidade revolucionaria tem como característica magna um otimismo cego. E tal otimismo possui face sombria e perversa – em vez de cromática e benfazeja como costuma ser representado. Foi, por certo, uma postura profundamente otimista que arrastou muitas sociedades à ruina. E são partidários desta posição, nomes fundamentais do pensamento conservador como Oakeshott e Roger Scruton e, em certo sentido, até o próprio Chesterton e C. S Lewis. Scruton em uma obra monumental expôs com maestria as vantagens do pessimismo (cf: *The uses of pessimismo*). Entre divergências das mais diversas, um olhar não-conservador como o de Friedrich Nietzsche pode nos dar uma boa visão externa sobre a personalidade conservadora. E ao seu modo, o pensador alemão não hesitou em ver em um dos elementos mais importantes do conservadorismo ocidental, o cristianismo, uma postura profundamente pessimista (cf. *A vontade de potência*), e neste ínterim, o conservadorismo não poderia ser encarado de outra forma.

esperança do que as blumas cinzentas da realidade e da triste condição humana nos apresenta.

Por certo, em nenhum momento da vida se é mais otimista do que na juventude, por isso, é mais fácil aderir às utopias revolucionárias nesta fase do que em qualquer outra, assim como, dificilmente, conserva-se este otimismo na plena maturidade. Por isso, os revolucionários tanto enaltecem a juventude, e tentam perpetuá-la nos homens.

Se o conservadorismo possui um caráter pessimista, não se confunda, porém, este pessimismo de que falo aqui com a lugubridade de um luto perpétuo. É possível ter uma alma reluzente de alegria, e não ser tão otimista em relação à existência. Os pessimistas costumam se defender da terrível pecha de "seres amargos" e "frustrados", com a simples assertiva de serem "realistas". E de fato, a justificativa é verdadeira. É a visão das coisas e da existência em sua devida realidade e razão de ser que faz com que os conservadores não fantasiem a realidade ou a

natureza do ser. Foi exatamente o otimismo cego que colocou o mundo muitas vezes em apuros, e foi o pessimismo que o colocou em ordem. Há otimismo mais perigoso que esperar um mundo perfeito que nunca vai acontecer? Se este pessimismo é parte acessória da personalidade conservadora, por outro lado, tal pessimismo não quer dizer um conformismo cego às adversidades da vida. O conservador, assim como o revolucionário, sente uma profunda insatisfação com as mazelas da existência; as injustiças sociais; os desmandos do Estado e as intempéries da vida, mas sua postura em face desses males é diametralmente oposta a de um revolucionário. O conservador, ouso dizer, é um pessimista inconformado com os contratempos da vida, sem a pretensão de alterar a realidade. Ele muda o que lhe está ao alcance. O contrário do revolucionário, que se perde no delírio de uma utopia — o desejo de mudar o mundo —, e mal se atenta ao fato de que é incapaz de mudar o menor de seus defeitos.

Conclusão

Após expor brevemente alguns dos principais aspectos de uma interpretação do conservadorismo como posição política e temperamento humano, a maioria que o leu atentamente, percebe que o seu modo de ser e pensar se enquadra perfeitamente ao que fora descrito como conservadorismo. E não só a si mesmo vê enquadrado neste termo, mas a maioria de seus parentes, amigos e vizinhos. Em suma: percebe que a maioria das pessoas comuns se enquadram na personalidade conservadora. No entanto, assombra-se ao descobrir que o mundo em que vive é influenciado e comandado por pessoas com uma posição totalmente oposta a da maioria; percebe que um modo de ser e pensar tão comum ao que vê no dia-a-dia não só é objeto de chacota entre esta minoria influente, como também, é banido das grandes discussões que decidem os rumos da nação. A este respeito, escreveu o filosofo Olavo de Carvalho, tomando

como pano de fundo o cenário brasileiro: “O brasileiro é conservador, mas vive em um país onde: o conservadorismo é proibido; o anticomunismo é proibido; o antifeminismo é proibido; o antigayzismo é proibido. Para ter o direito de dizer alguma coisa, o povo tem que fingir que é apolítico e que está apenas ‘contra a corrupção’. E o mais incrível é que mesmo preso nessa camisa-de-força ideológica, ainda consegue alguma vitória de vez em quando”[57] Como um temperamento que é compartilhado pela maioria das pessoas é tão afrontado e reprimido por uma minoria? E por que a reação conservadora é tão tímida em face dessas afrontas? Esta pergunta inquieta há algumas décadas os principais “teóricos” do conservadorismo e já rendeu memoráveis reflexões. Alguns deles sugerem como solução para esse impasse que o conservador seja mais participativo na política e na vida intelectual. No entanto, a resposta conservadora à esta sugestão costuma ser frustrante.

A verdade é que os conservadores, embora se indignem com toda veemência que lhes é possível

contra a sanha revolucionaria que subverte sordidamente toda a ordem social, preferem fugir à luta, e não o fazem por covardia, mas por falta de disposição para uma luta que lhes exigirá uma dedicação integral que eles não poderão dar, pois, a seus olhos, a coisas muito mais importantes na vida pela qual um homem e uma mulher devem se sacrificar. Pouquíssimos conservadores estão dispostos a desgastar sua existência com algo que não possui o mesmo valor das coisas simples a que se dedicam na labuta diária.

O conservador não está disposto a conquistar o mundo, quer simplesmente cumprir com retidão as pequenas obrigações que a vida comum lhe impõe. Por esta razão, não é comum encontrar conservadores na "classe falante"; nos altos postos de poder; nas cátedras universitárias, ou em qualquer posição de destaque do mundo político, acadêmico ou midiático. Não porque eles sejam incapazes de chegar a esses postos, mas, porque eles não se atraem tanto por isso quanto com os cuidados daquilo que a pequena elite dominante despreza como "coisas comuns". Uma

observação feita por Roger Scruton em 2014 nos sugere algumas reflexões sobre o que afirmamos. Dizia ele: “Não é incomum ser um conservador. É invulgar, no entanto, ser um intelectual conservador”[58]. E não só é incomum um intelectual conservador, mas, na atualidade, é invulgar ser um conservador em uma poderosa posição de influencia. Não quero dizer com isso que não haja conservadores nestes meios, mas, simplesmente, que é incomum. E a resposta para isso não está só no fato de o marxismo ter usurpado nossos meios de produção cultural, mas também, em outro aspecto da personalidade conservadora que já fora discutido em demasia: os conservadores não querem mudar o mundo, interromper o curso da história ou encaixa-lo em uma visão pessoal ─ isso é uma característica dos revolucionários ─, eles querem simplesmente que as coisas funcionem conforme sua ordem natural; querem que as coisas sigam seu curso e sejam encaradas tal como são e para o quê são. O conservador quer que as funções e padrões fundamentais da sexualidade humana sejam respeitadas; que homens e mulheres se

reconheçam e se respeitem em suas devidas distinções — tal como disposto pela ordem natural — ; querem que a constituição natural da família seja preservada, querem que o Estado cumpra sua ordem de servir ao bem comum e adorar o seu Deus, etc., e com estas posições permanecem impassíveis, vivendo suas vidas; preocupando-se com suas atividades comuns. Isto porque o conservadorismo é uma posição extremamente prática; enquanto o revolucionarismo é uma posição profundamente teórica; e sendo a "classe falante" — aqueles que fazem a cabeça do povo —, composta por pessoas extremamente teóricas — como o são os revolucionários —, estes últimos, costumam se fazer mais presentes nesse meio do que os primeiros.

Como dissemos anteriormente: o conservador está demasiadamente preocupado com o curso da própria vida para se perder em fabulosas elucubrações de um mundo irreal (tal como fora exposto no capítulo III) que advenha pelas vias políticas ou academicistas. Chesterton

mencionava esta característica da personalidade conservadora — e sua natural indisposição às intrigas políticas e intelectuais —, em termos jocosos. Dizia ele: “Duvido que os melhores homens algum dia se dediquem à política. Os melhores homens dedicam-se a porcos, e bebês e coisas do tipo”[59]. E é neste traço peculiar — em que muitos veem o ponto fraco do conservador —, que reside a sua força.

Longe dos parlamentos e das cátedras universitárias, são os conservadores que movem a engrenagem social, de modo que, se eles interromperem suas atividades cotidianas, mesmo que por poucos minutos, toda a sociedade entra em colapso.

Os conservadores são os homens e mulheres perdidos no anonimato, ocupando os cargos menos notáveis, mas, que afetam diretamente nossas vidas. Eles estão nos açougues, nas padarias, nos quarteis, nas fazendas, nas estradas, nas lavanderias, nos refeitórios, nas fábricas, nos barcos de pesca, nos caminhões, e nos andaimes das construções... É nesses

postos, tão menosprezados, que esses homens "insignificantes" se descobrem "protagonistas ocultos" da história. Embora, eles, raramente se deem conta do poder extraordinário que detém na dinâmica social, quando isso acontece, os efeitos são incomensuráveis.

Foi um desses raros momentos de despertar da consciência conservadora que levou ao chão, na Polônia, a tirania comunista e desencadeou o extraordinário efeito dominó no leste europeu que arrasou a cortina de ferro soviética; foi um despertar conservador que derrubou o socialismo de Salvador Allende no Chile em 72, e derrubou Jango no Brasil em 64. E é o despertar ou adormecer conservador que vai ditar o rumo da política no mundo contemporâneo.

Todos aqueles que menosprezam a conduta conservadora sabem muito bem disso e conhecem o poder que eles detém — até melhor do que os próprios conservadores — ; sabem que suas revoluções são uma fagulha perante a devastadora reação conservadora. Por isso, seus intentos voltam-se antes a conter a grande

potência conservadora que dormita em cada consciência do que, meramente, confrontá-la, pois, sabem que se ela despertar, torna-se indomável.

Na atualidade, vemos a consciência conservadora despertar lentamente no Brasil e no mundo, e os revolucionários, que antes ditavam o ritmo da política e da cultura, temem os desdobramentos deste despertar, porque sabem que, a partir de uma reação conservadora, suas ações serão vãs para conduzir novamente esta força indomável a um novo torpor.

Notas

1. Scruton. *Como ser um conservador,* p. 33

2. Oakeshott, *Rationalism in politics and other essays.* p. 168

3. Ibidem, p. 169

4. Scruton, *Como ser um conservador,* p. 9

5. Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França,* p. 166.

6. Scruton, *The meaning of conservatism,* p. 11

7. Oakeshott, *Rationalism in politics and other essays.* p. 168

8. Ao afirmar que o conservadorismo é um temperamento comum a homens maduros, não somente reafirmo algo que grandes pensadores do conservadorismo contemporâneo afirmaram, como evoco uma tese que remonta aos primórdios da filosofia ocidental, e que é confirmada constantemente na experiência humana. Os homens maduros costumam encarar a existência em um plano prático; o que ocorre de forma inversa entre os jovens. Platão

acreditava que é preciso cinquenta anos para se fazer um homem. De fato, o desafio de se alcançar, ou aproximar-se, de um pleno ideal humano, exige longo tempo, experiência e reflexão, algo que, por certo, não se alcança na flor da juventude. Em Aristóteles, tal ideal de maturidade recebe o nome de σπουδαἰσ (*spoudaios*), o homem que aprendeu a encarar a realidade em suas devidas cores e orientar-se retamente nela. Uma imagem que se aplica adequadamente ao que chamamos aqui de conservador. Na esfera filosófica, acertadamente disse Olavo de Carvalho: “todas as obras-primas da filosofia são feitas de maturidade e velhice”. (A dialética simbólica, p. 12) Neste sentido, costuma-se dizer que filosofia não é para jovens! Ao se alcançar a maturidade, os homens conseguem ver a vida além do pano meramente teórico; e encarar a teoria dentro do campo prático. E, em apoio a esta constatação, Benjamin Wiker afirma: “Há muito tempo, Aristóteles alertou que os jovens são incapazes de ouvir palestras sobre filosofia política por um duplo impedimento: neles transborda o entusiasmo para mudar o mundo, o que se torna extremamente perigoso por conta do escasso conhecimento que eles têm dele. Para eles, tudo parece possível e, por isso, eles são

especialmente inclinados a agarrarem-se a esquemas demasiadamente cerebrais e utópicos que prometem resolver todos os problemas de imediato”.

9. Oakeshott, *Rationalism in politics and other essays,* p. 169

10. Hayek, *Os fundamentos da liberdade*, p. 469.

11. Cecil, *Conservatism,* p. 9

12. Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França,* p. 221. 13. Ibidem, p. 61

14. Kirk, *A política da prudência*, p. 106

15. Scruton. *Uma filosofia política*, p. 7

16. Santo Tomás de Áquino, *Suma Teológica*, I-IIa Q. 91, art 3

17. Marx. *A ideologia Alemã,* p. 87

18. Strauss, *Direito Natural e História*, p. 4

19. Burke. *Reflexões sobre a revolução na França,* p. 108.

20. *In praise of prejudice: the necessity of preconceived ideas*, (2007). Edição Brasileira: *Em defesa do preconceito: a necessidade de se ter ideias preconcebidas* (2015)

21. Dalrymple, *Em defesa do preconceito,* cap. 7

22. Smith, *A Riqueza das nações*. Vol. I. p. 74

23. Hayek, *O caminho da servidão*. Cap. 14

24. Scruton, *Como ser um conservador,* p. 37

25. Belloc, *O Estado Servil*, p. 29

26. Sheen, *O problema da liberdade,* p. 50

27. Coutinho, *As ideias conservadoras*, p. 88

28. Sheen, *O problema da liberdade*, p. 44

29. Coutinho, *As ideias conservadoras*, p. 81

30. Burke, *Letters on a regicide*: Peace, III

31. Sheen, *O problema da liberdade*, p. 52

32. Röpke, *A humane economy,* p. 8

33. Carvalho, *princípios de uma política conservadora*, Diário do Comércio, 27de junho de 2011.

34. H. S Hughes, *The end of political ideology,* p. 1153-154, apud Kirk, *A Política da Prudência*, p. 103.

35. Nisbet, *Conservadorismo*, p. 9

36. E mesmo como postura político-ideológica, é dificil enquadrar o conservadorismo neste esquema. Ele é,

antes, uma “politica prudencial”, como bem afirmou Kirk, do que “uma política ideológica”. (cf. p. 91)

37. cf. Andrew M, Lobaczewski. *Political Ponerology: A Science on the nature of evil adjusted for political purposes*. Lyle H. Rossiter, *The liberal mind: the psychological causes of political madness*. Paul Serieux, *les folies raisonnantes: les délire d’interpretation*.

38. Marx, *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, p. 28

39. Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França*, p. 108

40. Oakeshott, *Rationalism in politics and other essays*, p. 169.

41. Burke, *Reflexões sobre a revolução na França*, p. 116

42. Ibidem, p. 112.

43. Platão, *As Leis*, livro X

44. Rousseau, *Do contrato social*, XIV, cap. 8

45. Voltaire, *Tratado da Tolerância,* cap. XX

46. Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França,* p. 83

47. Ibidem, p. 114.

48. Ibidem

49. Ibidem, p. 132

50. Ibidem, p. 135

51. Cf. Tocqueville, *A democracia na América*, Livro I: Leis e Costumes, Livro II: Sentimentos e opiniões. Mill, *Considerações sobre o governo representativo*, I.

52. Xenofonte, *Helênicas,* I, VII, 12-16 apud Hayek, *Direito, Legislação e Liberdade,* vol. III, p. 1

53. Burke, *Reflexões sobre a Revolução na França,* p. 114.

54. Ibidem, p. 81

55. Ibidem, p. 89

56. Ibidem

57. Facebook, 27 de setembro de 2016 às 18:00

58. Scruton, *Como ser um conservador,* p. 11

59. Chesterton, *The voter and two voices,* Daily News

Bibliografia

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França.* Trad: Renato Faria, Denis F. S Pinto, Carmem L. R R Moura. 2º ed. Brasília: Editora UnB, 1997.

CARVALHO, Olavo. *A dialética simbólica: estudos reunidos.* 2ºed. Campinas-SP: Vide Editorial, 2015.

CECIL, Hugh. *Conservantism.* Londres: Williams and Norgate, 1912.

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários.* São Paulo: Três Estrelas, 2014.

HAYEK, Friedrich von. *Direito, Legislação e Liberdade*: *A ordem política de um povo livre.* Vol. III. Trad: Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985.

________________________*Os fundamentos da liberdade.* Trad: Ana Maria Capovilla e José Italo Stelle. São Paulo: Visão, 1983

KIRK, Russell. *A Política da Prudência.* Trad: Gustavo Santos e Marcia X. de Brito. São Paulo: É Realizações, 2013

MARX, Karl. *A ideologia alemã.* Trad: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

________. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

OAKESHOTT, Michael. *Rationalism in politics and other essays.* Methuen&Co Ltd, 1962

SHEEN, Fulton. *O problema da liberdade.* Trad: Augusto de Melo Saraiva. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1956.

SCRUTON, Roger. *Como ser um conservador.* Trad: Bruno Garschagen. 1º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

______________. *The meaning of conservadorism.* 1º ed. London: Penguin Books, 1980

______________. *Uma filosofia política: argumentos para o conservadorismo.* Trad: Guilherme Ferreira Araújo. 1º ed. São Paulo: É Realizações, 2017.

STRAUSS, Leo. *Direito Natural e História*. Trad: Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2009.

Tomás de Áquino (Santo). *Suma Teológica.* Vol. 2. Ia IIae. Trad: Alexandre Correia. Campinas: SP: Editora Ecclesiae, 2016.